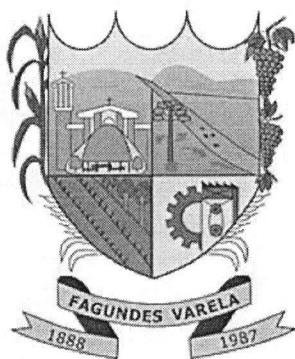


CONTADOR



Município de Fagundes Varela/RS
Concurso Público 01/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA



3 horas



40 questões



4 alternativas



Saída permitida somente após
1 hora de prova



O candidato só poderá
levar este Caderno após
1 hora de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▣ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▣ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▣ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▣ Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▣ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Por que utilizar o CadÚnico como fonte de informação para orientar políticas públicas?

O CadÚnico reúne dados da população com renda per capita de até meio salário-mínimo, ou até três salários-mínimos como renda familiar total. Os dados do cadastro contribuem para subsidiar dezenas de programas federais, notadamente aqueles voltados à população de baixa renda. Nesse sentido, aponta-se que o CadÚnico possui ampla abrangência da população pobre.

No período 2016-2022 o CadÚnico foi alvo de desmontes e desmobilizações. A partir de 2023 foram despendidos esforços no sentido do aprimoramento da base, inclusão de novas famílias via programas sociais, revisão de normas para aprimorar a averiguação e revisão cadastral, além do esforço do Ipea na geocodificação de toda a base que permite cruzamentos detalhados com bases diversas de dados, inclusive municipais.

A principal desvantagem no uso dos dados do CadÚnico diz respeito ao fato de que se tratam de dados autodeclarados. Nesse sentido, há a recomendação de que o ministério responsável desenvolva uma estratégia de verificação, que pode ocorrer por amostragem, com o potencial de garantir maior confiabilidade aos dados.

Um ponto que pode ser considerado uma desvantagem a longo prazo diz respeito ao maior foco do CadÚnico nas famílias mais vulneráveis, de modo que não necessariamente todas as famílias que deveriam ser atendidas pela Lei de ATHIS — aquelas com renda de até três salários-mínimos — estejam incluídas no Cadastro. Contudo, tendo em vista a necessidade de priorização dos beneficiários devido aos usualmente limitados recursos para implementação da referida legislação, vislumbra-se esta como uma vantagem, já que revela a parcela de maior vulnerabilidade e, nesse sentido, prioritária.

Complementarmente, o cadastro tem sido utilizado em distintas iniciativas para acompanhamento da situação habitacional. Os principais exemplos são do Espírito Santo, iniciativa do Instituto Jones dos Santos Neves desde 2015, que se beneficia também da possibilidade de desagregação dos dados para monitorar o déficit habitacional quantitativo municipal em periodicidade anual. A partir desta referência, o Instituto Mauro Borges desenvolveu metodologia semelhante em Goiás. Posteriormente, esta metodologia foi adaptada pelo Ipea para investigar a existência de déficit habitacional na situação de moradia anterior das famílias contempladas pelo Minha Casa Minha Vida, enquadradas na Faixa 1 do programa, nas 20 maiores cidades do país.

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Nota Técnica nº 55. Brasília, DF: Ipea, 2025.

Questão 01. No primeiro parágrafo, o autor justifica a utilização do CadÚnico como fonte para orientar políticas públicas. De acordo com a lógica argumentativa do texto, a principal razão para essa escolha é:

- (A) A exatidão estatística dos dados, que passam por auditoria governamental antes de serem publicados.
- (B) A representatividade e o amplo alcance do cadastro no que tange especificamente à parcela menos favorecida economicamente da população.
- (C) A sua capacidade de mapear a totalidade das famílias brasileiras que se enquadram nos critérios de leis habitacionais, como a de ATHIS.
- (D) A obrigatoriedade legal de que todos os programas federais utilizem estritamente essa base de dados para a concessão de benefícios.

Questão 02. A partir da leitura do segundo parágrafo, infere-se CORRETAMENTE que a trajetória recente do CadÚnico (período de 2016 a 2023) foi marcada por:

- (A) Um ciclo contínuo de desmobilização estrutural, que acabou por inviabilizar os cruzamentos de dados geocodificados realizados pelo Ipea a partir de 2023.
- (B) Uma fase de expansão da base e revisão de normas, que culminou no dismantelamento completo dos programas sociais do governo federal a partir de 2023.
- (C) Um período de retrocesso e enfraquecimento institucional, sucedido por uma fase de retomada, reestruturação e sofisticação metodológica.
- (D) Uma linearidade de investimentos e estabilidade institucional contínua voltada à expansão internacional da base de dados.

Questão 03. No texto, o autor pondera sobre a credibilidade das informações que alimentam o CadÚnico. Diante da limitação metodológica identificada pelo texto, a medida recomendada para salvaguardar a fidedignidade dos dados consiste na:

- (A) Inclusão compulsória de dados censitários para mitigar a exclusão de beneficiários de programas habitacionais.
- (B) Flexibilização dos tetos de renda per capita a fim de neutralizar distorções nos critérios de elegibilidade.
- (C) Estruturação de mecanismos de validação das informações, admissível por meio de análises amostrais.
- (D) Universalização da geocodificação da base pelo Ipea como ferramenta de checagem automática da idoneidade dos declarantes.

Questão 04. Considerando a estrutura e a formação das palavras extraídas do texto, assinale a alternativa em que o elemento sublinhado está INCORRETAMENTE classificado.

- (A) investigar → tema.
- (B) cadastral → radical.
- (C) desvantagem → prefixo.
- (D) monitorar → vogal temática.

Questão 05. Acerca das informações e argumentos apresentados no texto sobre as potencialidades e limitações do CadÚnico, analise as assertivas a seguir:

- I. Segundo o texto, o fato de as informações cadastrais dependerem do relato dos próprios cidadãos é considerado a principal vantagem do CadÚnico.
- II. A desagregação de dados é uma funcionalidade que viabiliza o acompanhamento periódico (anual) da situação habitacional nos municípios.
- III. A pesquisa do Ipea sobre a situação de moradia anterior das famílias do Minha Casa Minha Vida cobriu a totalidade das capitais brasileiras.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 06. Quanto aos aspectos gramaticais e de pontuação do texto, analise as assertivas que seguem, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- () O uso dos travessões no quarto parágrafo justifica-se para isolar uma estrutura explicativa, a qual não poderia ser alternativamente isolada por parênteses.
- () O emprego dos termos **desmontes** e **desmobilizações**, no segundo parágrafo, consiste em um eufemismo.
- () No título, o emprego da expressão **Por que** justifica-se por tratar-se de uma conjunção explicativa que introduz uma oração coordenada.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) F – F – F.

Questão 07. O último parágrafo se inicia com o vocábulo **Complementarmente**. Do ponto de vista da progressão textual e do encadeamento das ideias do texto como um todo, esse advérbio foi empregado para introduzir um argumento que possui natureza de:

- (A) Acréscimo, adicionando uma nova utilidade prática do cadastro que se soma aos benefícios já discutidos.
- (B) Retificação, visto que o autor passa a corrigir dados negativos sobre os desmontes expostos anteriormente.
- (C) Reiteração exata, pois repete com as mesmas palavras as vantagens do CadÚnico que já haviam sido listadas no primeiro parágrafo.
- (D) Contraposição argumentativa, criando um contraste evidente entre os programas sociais federais e as iniciativas de planejamento locais.

Questão 08. Considere o seguinte período extraído do último parágrafo: **Posteriormente, esta metodologia foi adaptada pelo Ipea para investigar a existência de déficit habitacional.** Com base na estruturação das vozes verbais e nas relações sintáticas que regem esse trecho, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O segmento **pelo Ipea** desempenha a função sintática de agente da passiva, correspondendo ao elemento que executa a ação verbal na estrutura passiva.

(2ª parte): A locução verbal **foi adaptada** caracteriza a voz passiva analítica, na qual o sujeito gramatical (**esta metodologia**) sofre a ação expressa pelo verbo.

(3ª parte): Caso o período fosse transposto para a voz ativa, o termo **pelo Ipea** passaria a exercer a função de sujeito, resultando na forma verbal **adapta**.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

Questão 09. No que diz respeito às classes de palavras e às funções sintáticas que os termos desempenham nos respectivos contextos oracionais, assinale a alternativa cuja análise está INCORRETA.

- (A) No contexto oracional do quarto parágrafo, o termo **Contudo** classifica-se como uma conjunção adversativa.
- (B) Em **até três salários-mínimos**, no primeiro parágrafo, o termo **até** classifica-se como um advérbio de tempo.
- (C) Na frase **inclusão de novas famílias via programas sociais**, no segundo parágrafo, a palavra **sociais** exerce a função sintática de adjunto adnominal.
- (D) Sintaticamente, o sujeito da primeira oração do texto, no primeiro parágrafo, classifica-se como sujeito simples.

Questão 10. Considerando as regras de acentuação, os aspectos fonéticos e as relações de sinonímia das palavras empregadas no texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Quanto à posição da sílaba tônica, os vocábulos **vulneráveis**, **também** e **déficit** classificam-se como paroxítona, oxítona e proparoxítona, respectivamente.
- II. No primeiro parágrafo, a palavra **subsidiar** poderia ser substituída, sem alterações de sentido, por **arrecadar**.
- III. A palavra **necessariamente** é constituída de 15 letras e 14 fonemas, haja vista que, em sua estrutura silábica, identifica-se apenas um dígrafo (o consonantal “ss”).

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

MATEMÁTICA

Questão 11. A Prefeitura adquiriu blocos decorativos de concreto em formato de cubos perfeitos para servirem de barreiras físicas em calçadas. O engenheiro informou que a área superficial total externa de acabamento de uma única dessas peças cúbicas soma exatamente 24 metros quadrados de revestimento. Diante dessa especificação modular de fábrica, qual é o volume interno de concreto, expresso em metros cúbicos, consumido na produção de cada bloco?

- (A) 16 m^3 .
- (B) 4 m^3 .
- (C) 8 m^3 .
- (D) 24 m^3 .

Questão 12. Um setor de compras municipais abriu uma licitação para adquirir óleo lubrificante automotivo em embalagens especiais em formato de cones circulares retos de metal. O desenho técnico do fornecedor indica que cada cone possui um raio da base de 10 centímetros e uma altura vertical interna de 30 centímetros de profundidade. Utilizando a aproximação de π igual a 3, qual é o volume de óleo, em centímetros cúbicos, que preenche a capacidade total de um cone?

- (A) 1.000 cm^3 .
- (B) 3.000 cm^3 .
- (C) 6.000 cm^3 .
- (D) 9.000 cm^3 .

Questão 13. Uma auditoria analisou o cronograma financeiro de um repasse público destinado a um programa de modernização urbana ao longo de 4 anos consecutivos. No 1º ano, o Município recebeu uma parcela de R\$ 5.000,00. No 2º ano, o valor saltou para R\$ 10.000,00. No 3º ano, o repasse fechou em R\$ 20.000,00. Seguindo estritamente essa mesma lógica de progressão geométrica multiplicativa anual, qual foi o montante total acumulado recebido pelo município ao final dos 4 anos?

- (A) R\$ 75.000,00.
- (B) R\$ 60.000,00.
- (C) R\$ 45.000,00.
- (D) R\$ 80.000,00.

Questão 14. Para a modernização física de uma repartição pública, o setor administrativo contraiu uma linha de crédito institucional de R\$ 50.000,00 junto a uma agência pública de fomento. O contrato estipulou o regime de juros simples com uma taxa proporcional linear ajustada em exatamente 6% ao ano. Se a Administração Municipal liquidar integralmente esse compromisso em uma única parcela após decorridos 3 anos, qual será o valor total de juros pagos?

- (A) R\$ 59.000,00.
- (B) R\$ 9.550,80.
- (C) R\$ 59.550,80.
- (D) R\$ 9.000,00.

Questão 15. Um projeto viário municipal prevê o recapeamento de um trecho retilíneo de avenida que possui uma largura fixa de 12 metros. A equipe de engenharia informou que o perímetro total da faixa retangular desse canteiro de obras que receberá o asfalto novo mede exatamente 224 metros lineares de contorno cercado. Diante dos parâmetros métricos informados, qual é a extensão linear, em metros, correspondente ao comprimento total desse trecho de avenida?

- (A) 112 m.
- (B) 100 m.
- (C) 200 m.
- (D) 88 m.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

INFORMÁTICA

Questão 16. Durante a diagramação de uma cartilha informativa no Microsoft Word 365, um servidor precisa ilustrar um fluxo de processos utilizando a ferramenta **SmartArt**. Ao abrir a janela **Escolher Elemento Gráfico SmartArt**, o usuário tem acesso a diversas categorias e recursos visuais. A respeito das funcionalidades disponíveis dentro dessa janela específica, assinale a alternativa que apresenta uma ação que NÃO é possível realizar.

- (A) Escolher um layout estruturado em formato de "Ciclo" para a representação de processos contínuos.
- (B) Ler um texto descritivo e explicativo sobre a finalidade e as recomendações de uso do layout selecionado.
- (C) Inserir uma tabela de dados numéricos cujos valores e colunas sejam calculados por meio de fórmulas.
- (D) Visualizar a miniatura gráfica dos modelos de diagramas existentes antes de inseri-los no documento.

Questão 17. Uma servidora pública utiliza o Microsoft Excel 365 para controlar o estoque de resmas de papel de sua secretaria. Na célula B5, consta a quantidade atual de pacotes disponíveis. Para otimizar a gestão, ela deseja inserir uma fórmula lógica na célula C5 que funcione como um alerta visual: se a quantidade em B5 for menor que 20 pacotes, a célula C5 deverá exibir o texto "Comprar"; caso contrário, deverá exibir o texto "Estoque OK". Diante disso, assinale a alternativa que apresenta a fórmula CORRETA para atender a essa necessidade.

- (A) =SE(B5<20;Comprar;Estoque OK)
- (B) =SE(B5<20;"Comprar";"Estoque OK")
- (C) =CASO(B5>20;"Estoque OK";"Comprar")
- (D) =VERIFICAR(B5<20;"Comprar";"Estoque OK")

Questão 18. Após a migração dos computadores de um órgão público para o sistema operacional Windows 11, um servidor percebeu que a **Barra de Tarefas** exibe, por padrão, o botão **Iniciar** e os ícones de aplicativos centralizados na tela. No entanto, por questões de ergonomia e hábito, ele prefere o visual clássico alinhado à esquerda. Para realizar essa alteração, o servidor deve clicar com o botão direito do mouse em uma área vazia da **Barra de Tarefas**, acessar as **Configurações da barra de tarefas** e, na seção **Comportamentos da barra de tarefas**, alterar a opção de alinhamento para a esquerda.

Essa afirmação está:

- (A) Correta, pois o Windows 11 mantém essa flexibilidade de customização nativa para o usuário dentro das configurações de comportamento da barra.
- (B) Incorreta, pois essa alteração só pode ser feita modificando o Editor do Registro do Windows, não havendo interface gráfica para isso.
- (C) Incorreta, pois o Windows 11 removeu a opção de realinhamento, tornando a centralização um recurso obrigatório e imutável do sistema.
- (D) Correta, porém essa mudança exige privilégios de Administrador do órgão e o reinício obrigatório do computador para fazer efeito.

Questão 19. No Windows 11, o **Explorador de Arquivos** oferece diferentes modos de exibição para que o usuário possa organizar e visualizar seus arquivos e pastas de acordo com a sua necessidade de trabalho. Com base nisso, analise as partes que seguem:

(1ª parte): Ao ativar o modo **Ícones Grandes**, os nomes dos arquivos são exibidos centralizados logo abaixo de seus respectivos ícones ou miniaturas.

(2ª parte): No modo **Lista**, os arquivos são distribuídos e organizados verticalmente e, quando preenchem toda a altura da janela, continuam a ser listados em uma nova coluna disposta à direita.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª parte está correta.
- (C) Ambas as partes estão corretas.
- (D) Ambas as partes estão incorretas.

Questão 20. O Modo de Navegação Anônima do Google Chrome é utilizado para mitigar o rastreamento local de dados de navegação. Contudo, o gerenciamento da infraestrutura do perfil do usuário — o que inclui a criação, visualização e edição de favoritos — obedece a regras específicas de persistência e visibilidade quando operado sob essa sessão restrita. Com base nas diretrizes técnicas de funcionamento do Google Chrome, analise as assertivas, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- () O modo anônimo oculta compulsoriamente a **Barra de Favoritos** pré-existente e bloqueia a criação de novos favoritos pelo usuário, a fim de impedir o rastreamento de suas preferências.
- () As modificações estruturais realizadas na árvore de favoritos durante uma sessão anônima são tratadas como voláteis, sendo descartadas assim que a última janela anônima é encerrada.
- () É perfeitamente possível visualizar, acessar e navegar pelos links da **Barra de Favoritos** existente a partir de uma janela anônima; ademais, qualquer novo favorito criado sob essa modalidade persistirá no perfil geral do usuário.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.

LEGISLAÇÃO

Questão 21. Pode-se afirmar, de acordo com a Lei Orgânica, que no impedimento do Secretário Municipal, no caso de vacância, até que assuma novo titular, suas atribuições serão desempenhadas por _____, por designação do Prefeito Municipal.

Preenche, CORRETAMENTE e de acordo com a Lei Orgânica, a lacuna:

- (A) Vereador.
- (B) Vice-Secretário.
- (C) cidadão qualquer.
- (D) servidor da pasta.

Questão 22. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo e zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público são dois dos deveres dos servidores, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município. Nesse sentido, quantos dos seguintes itens apresentam outros exemplos de deveres?
I. Manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho; **II.** Apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado; **III.** Sugerir providências tendentes a melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 23. Analise as assertivas que seguem acerca da fiscalização contábil financeira e orçamentária:

- I. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- II. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, não podendo ser negada qualquer informação, a pretexto de sigilo, a esse órgão estadual.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que, conforme a Lei Orgânica:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 24. Criado o Distrito, fica o Prefeito Municipal autorizado a criar o respectivo cargo de Administrador Distrital, o qual terá remuneração que for fixada pela legislação municipal. Diante disso, qual das alternativas que seguem apresenta uma das competências desse Administrador Distrital, mas de forma INCORRETA, com base na Lei Orgânica?

- (A) Solicitar aos Vereadores as providências à boa administração do Distrito.
- (B) Prestar informações que lhe forem solicitadas pelo Prefeito Municipal ou pela Câmara Municipal.
- (C) Prestar contas das importâncias recebidas para fazer face às despesas da Administração Distrital, observadas as normas legais.
- (D) Executar e fazer executar, na parte que lhe couber, as leis e os demais atos emanados dos Poderes competentes.

Questão 25. Analise o texto que segue, abordando o direito de petição, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município:

O direito de reclamação administrativa prescreverá, salvo disposição legal em contrário, em um ano a contar do ato ou fato do qual se originar. O prazo prescricional terá início na data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Parcialmente adequado, visto que a prescrição do direito de reclamação administrativa é de seis meses.
- (B) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (C) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que o prazo prescricional terá início no dia seguinte ao da publicação do ato impugnado.

Questão 26. As assertivas a seguir apresentam algumas das proibições aos servidores, como:

- I. Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau.
- II. Cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, inclusive em situações de emergência e transitórias.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 27. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município traz que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelos atos praticados enquanto no exercício do cargo. A partir disso, analise as alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação que pode ser considerada como INCORRETA.

- (A) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor.
- (B) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- (C) A responsabilidade administrativa resulta de ato praticado por servidor investido no cargo ou função pública, desde que comissivo.
- (D) A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal definitiva que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Questão 28. Analise o texto a seguir, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município:

A pena de suspensão não poderá ultrapassar a sessenta dias. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de vinte e cinco por cento por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço e a exercer suas atribuições legais.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que a multa tem base de cinquenta por cento por dia de remuneração.
- (C) Parcialmente adequado, visto que a pena de suspensão pode ultrapassar sessenta dias.
- (D) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.

Questão 29. Analise as partes que seguem: A demissão por inassiduidade ou impontualidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações do servidor (**1ª parte**), independentemente de anteriores punições por advertência ou suspensão (**2ª parte**).

Acerca das partes, conforme o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, pode-se afirmar que:

- (A) Assim como a 1ª parte está correta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (B) Assim como a 1ª parte está incorreta, tem-se que a 2ª parte também está.
- (C) Enquanto a 1ª parte está incorreta, tem-se que a 2ª parte não está.
- (D) Enquanto a 1ª parte está correta, tem-se que a 2ª parte não está.

Questão 30. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município determina que o processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três servidores efetivos, designada pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente. A partir disso, analise as alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação que pode ser considerada como INCORRETA.

- (A) O processo administrativo será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- (B) As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.
- (C) Quando o processo administrativo disciplinar resultar de prévia sindicância, o relatório desta integrará os autos, como peça informativa da instrução.
- (D) A comissão terá como secretário servidor designado pelo presidente, não podendo a designação recair em um dos seus membros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31. Durante procedimento de fiscalização promovido pelos órgãos de controle, verificou-se que determinado servidor público atuou para viabilizar a locação de equipamentos pela Administração Pública por valores superiores aos praticados no mercado, favorecendo indevidamente a empresa contratada. Após um regular processo judicial, o agente foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa. Com base na Lei Federal nº 8.429/1992, a conduta descrita configura ato de improbidade administrativa que:

- (A) Importa enriquecimento ilícito em razão do recebimento de vantagem patrimonial indevida.
- (B) Atenta exclusivamente contra os princípios da administração pública, sem dano material ao erário.
- (C) Causa prejuízo ao erário ao permitir contratação por preço superior ao de mercado.
- (D) Caracteriza uma irregularidade administrativa, sem configuração de improbidade.

Questão 32. Em conformidade com as normas previstas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 15ª edição, os entes públicos submetidos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) devem elaborar demonstrativo específico destinado à evidenciação da situação financeira e atuarial do sistema previdenciário dos servidores públicos. Nesse contexto, o Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS compõe:

- (A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (B) O Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) O Anexo de Riscos Fiscais.
- (D) O Anexo de Metas Fiscais.

Questão 33. De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a classificação institucional da despesa orçamentária tem por finalidade evidenciar a estrutura administrativa responsável pela execução dos créditos consignados no orçamento público. Nesse contexto, a classificação institucional da despesa está relacionada:

- (A) À identificação da natureza do gasto, conforme o objeto da despesa, tais como pessoal, encargos, material de consumo e serviços de terceiros.
- (B) À estrutura de organização administrativa para alocação dos créditos orçamentários, composta pelos níveis de órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- (C) À vinculação das despesas aos programas, ações e metas governamentais previstos nos instrumentos de planejamento público.
- (D) À definição das funções e subfunções governamentais correspondentes às áreas de atuação estatal, como saúde, educação e segurança pública.

Questão 34. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) estabelece regras rigorosas para o controle do endividamento público e prevê que algumas práticas adotadas pela Administração podem ser consideradas, na prática, como operações de crédito disfarçadas, sendo, por isso, proibidas. Com base nessa previsão legal, assinale a alternativa que apresenta uma situação equiparada à operação de crédito e vedada pela LRF.

- (A) O parcelamento de dívidas já existentes junto a instituições não financeiras.
- (B) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento futuro de bens e serviços fornecidos à Administração Pública.
- (C) A realização de operação de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), desde que observadas as exigências legais.
- (D) O recebimento antecipado de valores decorrentes da venda futura de bens e serviços.

Questão 35. De acordo com o Código Tributário do Município de Fagundes Varela (RS), na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária deverá utilizar, sucessivamente, na ordem indicada, os seguintes critérios subsidiários de interpretação:

- (A) A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- (B) Os princípios gerais de direito tributário, os atos normativos da legislação tributária e os costumes.
- (C) A jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito tributário e a analogia.
- (D) Os princípios gerais de direito tributário, a interpretação dos tribunais, as práticas judiciais e as normas tributárias não escritas.

Questão 36. Com base nas informações constantes da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de uma entidade do setor público em 31/12/2025, foram apresentados os seguintes dados:

- Caixa gerado pelas atividades operacionais: R\$ 100.000.
- Caixa gerado pelas atividades de investimento: R\$ 200.000.
- Variação positiva no saldo de caixa no período: R\$ 50.000.

Com base nesses dados, é possível concluir que as atividades de financiamento consumiram caixa no valor de:

- (A) R\$ 50.000.
- (B) R\$ 100.000.
- (C) R\$ 150.000.
- (D) R\$ 250.000.

Questão 37. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, classificam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Considerando essa definição, analise os itens abaixo e assinale V (Verdadeiro) para aqueles que se enquadram como despesas de custeio, e F (Falso) para os que não se enquadram:

- () Pessoal Civil e Militar.
- () Serviços de Terceiros.
- () Juros da Dívida Pública.
- () Material Permanente.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.

Questão 38. Nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, que disciplina aspectos relacionados ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), analise as assertivas a seguir acerca da definição do local da operação para fins de incidência tributária:

- I. Nas operações envolvendo bens móveis materiais, considera-se, como regra geral, o local da entrega ou da disponibilização do bem ao destinatário para fins de determinação do local da operação.
- II. Nas aquisições de veículos automotores terrestres, aquáticos ou aéreos, o local da operação corresponde ao domicílio principal do destinatário da operação.
- III. Em relação aos bens apreendidos, abandonados ou submetidos a leilão promovido pelo poder público, considera-se ocorrido o fato gerador no local em que o bem estiver situado no momento da alienação.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.

Questão 39. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, a modalidade de licitação denominada diálogo competitivo destina-se às contratações de maior complexidade técnica, permitindo à Administração Pública discutir soluções com licitantes previamente selecionados, especialmente em situações que envolvam inovação ou alternativas técnicas ainda não definidas. Nesse contexto, assinale a alternativa que NÃO corresponde à característica prevista para o diálogo competitivo.

- (A) O edital da fase competitiva deverá prever prazo mínimo de 60 dias úteis para apresentação das propostas.
- (B) O edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.
- (C) O edital de pré-seleção deverá fixar prazo mínimo de 30 dias úteis para manifestação de interesse dos participantes.
- (D) A Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.

Questão 40. No âmbito da execução da despesa pública, existem despesas empenhadas cujo prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo contratado permanece em curso, de modo que ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação patrimonial para a Administração Pública, permanecendo pendente a entrega do bem ou a prestação do serviço contratado. Essas despesas são classificadas como despesas:

- (A) Empenhadas em liquidação.
- (B) Empenhadas liquidadas.
- (C) De exercícios anteriores.
- (D) Empenhadas a liquidar.